

## **Autoridade/Poder e sua relação com a liberdade: Sobre pares opostos e suas possíveis conciliações no âmbito escolar.**

Andrea Penteado

Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Neste trabalho investigo as noções de autoridade e poder, propostas por Perelman em seu artigo *Autoridade, ideologia e violência* (2005), no qual o autor defende que, por um lado, um governo democrático e legítimo refere-se àquele cujo poder (de agir) é autorizado pelos governados com base em noções jurídicas (que visam ao justo) que o validam; por outro, excepcionalmente devemos reconhecer um tipo de autorização que se funda, não em uma noção jurídica, mas em uma noção moral, baseada na tradição judaico cristã de nossa cultura. A autoridade moral apresenta-se como necessária, segundo o autor, para o estabelecimento de uma autoridade que governe sobre as crianças: a autoridade paterna e a autoridade professoral. Deste modo, por carecerem de condições de igualdade que as permita julgar, impõe-se às crianças uma autoridade cujo modelo é fundado na sucessão da autoridade que parte de Deus e chega ao professor: Deus é autoridade perante os homens, servindo de modelo de autoridade do pai perante sobre os filhos e a autoridade do pai, servindo de modelo para a relação professor/alunos. Baseada na própria teoria da Argumentação e nos estudos de Sacritán sobre a invenção da noção de aluno (2005), irei defender que a autoridade professoral também deveria ser uma autoridade validada juridicamente, e não com base em uma moral metafísica, o que resultaria quiçá em diferentes relações de respeito entre os sujeitos da escola

A liberdade da qual usufruí, ao longo de minha carreira, no estabelecimento de minhas práticas dentro de sala de aula, foi decorrente do lugar de poder e governo que me foi ofertado dentro das escolas, uma vez que as próprias autoridades nestas instituições não assumiam o governo das aulas de artes, fosse por descaso ou por não se sentirem autorizadas para tal. Por outro lado, a liberdade de exercício de poder sobre minha sala de aula não fez com que me sentisse autorizada para seu exercício. Ocupando o lugar de sujeito do governo, senti necessidade de que meu poder fosse legitimado por algum tipo de autorização. Isso implica considerar que minha formação para a licenciatura das artes e a representação que eu tinha tanto do meu papel como professora, quanto de minha situação como sujeito "iniciado" em um conhecimento, não constituíram, para mim, a noção de que eu era um modelo válido para os alunos ou de que a arte que eu conhecia o fosse.

Foi em parte pela desestabilização que a falta da autoridade escolar me causou, pois não me fornecia justificativa legítima para ocupar o lugar que eu estava ocupando e, em parte, pela interpelação dos alunos que buscavam incessantemente um significado que legitimasse a aprendizagem da arte para suas vidas, que me vi obrigada a buscar os meios pelos quais eu poderia vir a ser pessoa autorizada para falar de um conhecimento também autorizado

(In, Penteadó, Andrea. *Autoridade/Poder e sua relação com a liberdade: sobre pares de opostos e suas possíveis conciliações no âmbito escolar*. In LEMGRUBER, Marcio S. & OLIVEIRA, Renato J. **Teoria da Argumentação e Educação**. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2011, pgs 107-122. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/102396770/Autoridade-Poder-Argumentacao-2>>)